

Webinário Jurídico reúne associados de todo o país



O projeto ANFIP Conectada realizou na terça-feira (28/7) um novo encontro virtual do setor Jurídico da Entidade com os associados de todo país. Mais de 800 associados participaram da reunião, que teve como principal objetivo manter os interessados em contato direto com os patronos das principais ações da ANFIP em tramitação no Judiciário. O webinário contou com a presença de advogados do escritório Innocenti Advogados Associados e do advogado Arthur Régis, que abordaram GIFA, Licença Prêmio, GDAT e 3,17%.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, reforçou o compromisso e a transparência da Entidade com cada associado. “Esse encontro otimiza a informação aos participantes e esclarece dúvidas gerais sobre o que está acontecendo nos processos judiciais”. A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco,

coordenou a apresentação. O evento foi mediado pelo advogado da ANFIP, Rodrigo Cartafina.

Licença Prêmio

Abrindo a rodada de apresentações, o advogado Arthur Régis explicou que a ANFIP conta com 16 grupos de ações referentes a licença prêmio com conversão em pecúnia. “Compõem esses grupos os associados que têm licença prêmio adquirida e ainda não gozada nem contabilizada em dobro para fins de aposentadoria. Com isso, as nossas ações visam garantir a segurança jurídica dos associados”.

Nesse cenário, o advogado enfatizou aos associados que os 16 grupos têm logrado êxito no Poder Judiciário mesmo com as ações tramitando em momentos processuais diferentes. “Independentemente da instância na qual for julgada, as decisões têm sido favoráveis às pretensões da ANFIP e

dos associados. Lembrando apenas que os Poderes Legislativo e Judiciário têm passado por mudanças tecnológicas, sendo assim, as ações antes feitas em papel passam agora por processo de digitalização, o que tem atrasado em parte o andamento das tramitações”. Na oportunidade, também foi repassado aos associados que existe a possibilidade de se tentar um acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU) para aqueles que não desejarem aguardar o fim da tramitação do processo.

A ANFIP destaca que estão sendo recebidos documentos para ingresso do 17º grupo. Os interessados devem enviar para a Entidade os seguintes documentos: 1. Procuração; 2. Contrato; 3. Cópia de RG/CPF; 4. Cópia do último contracheque antes da aposentadoria. Importante ressaltar que a possibilidade de ingresso é apenas para aqueles que se aposentaram em até 5 anos. **Continua na Próxima Página**

ANFIP publica informações das execuções dos 3,17%

Página 3

Live – Série ANFIP debate reforma administrativa

Página 4

Nova publicação aborda tributação dos super-ricos

Página 5

Lembrando que essas ações estão sendo ajuizadas após autorização individual de cada associado. Há, também, outra ação na ANFIP, ainda em fase de conhecimento, acompanhada pelo escritório Mota & Advogados Associados. A ANFIP informa que não há problema de litispendência, uma vez que a ação de conhecimento tramita em nome da Associação.

Innocenti Advogados

Gifa

O período de execução do processo da Gifa é referente a dezembro de 2004 a junho de 2008. A gratificação, quando criada, não foi estendida a aposentados e pensionistas na sua integralidade. A advogada Fernanda Figueiredo explicou que quando o escritório assumiu os processos da Gifa, em alguns processos já havia a interposição de recursos para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal nos Embargos à Execução. O recurso para o STJ da ANFIP, inclusive, já tinha sido admitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), ao contrário dos recursos da Procuradoria do INSS.

Pouco tempo depois, devido a pandemia da Covid-19, os Tribunais foram fechados e os prazos processuais, tanto físicos quanto eletrônicos, foram suspensos. Os processos físicos, conforme lembrou a advogada, continuam com os prazos suspensos no TRF1; já os processos eletrônicos tiveram, em maio, seu prosseguimento. Os processos da ANFIP são, em quase sua totalidade, físicos. Portanto, nesse período, o trâmite ficou sobrestado. Com a possibilidade da volta do trabalho do Judiciário no dia 3 de agosto, os processos físicos terão prazos retomados.

Gabriela Souza, também advogada do escritório Innocenti, relatou que assumiu o trabalho com as execuções bastante avançadas, com recursos para serem apreciados pelos tribunais. Num rápido histórico de tramitação, Gabriela destacou que, na fase de liquidação do Mandado de Segurança, o juiz da 16ª Vara determinou que houvesse a separação de execuções, limitando os exequentes a 50 associados por processo, o que acarretou em mais de 200 grupos. Segundo a advogada, desde que houve a liquidação efetiva dos processos, a União apresentou uma série de óbices, com vários questionamentos protelatórios, visando reduzir o valor devido, questionando a legitimidade, correção monetária, a base de cálculo da Gifa, tentaram excluir herdeiros e limitar a abrangência das carreiras que têm direito. Gabriela informou ainda que os recursos interpostos pela União não foram admitidos no Tribunal, assim como foram afastados o índice de correção proposto pela União e o questionamento da competência territorial. “Estamos no fim dessa discussão. Está bastante adiantada. Tínhamos estratégias alinhadas que foram suspensas com a pandemia”, disse. Gabriela somente ressaltou que, na grande maioria dos processos, o cálculo homologado foi realizado pelo contador judicial e que, dessa homologação, vai ser necessária a atualização dos cálculos, obedecendo os critérios do STF.

Sobre um possível acordo, Gabriela Souza destacou que o escritório retomará os contatos com a AGU. A advogada considera viável a realização de um acordo uma vez que a União interpõe recursos protelatórios. É importante frisar que, havendo acordo, ele é individual e o associado

pode manifestar interesse ou não. Caso não aceite em seu caso individual, segue normalmente no processo. “Vamos alinhar a melhor estratégia com a Associação”, afirmou.

O advogado Vicente Cândido, que também participou do webinar, solicitou reunião com a ANFIP na próxima semana para ajustar os próximos passos em relação a um possível acordo com a AGU, usufruindo da lei de mediação. Segundo ele, os procuradores sempre trabalharam com recursos protelatórios, que causam prejuízos a todos.

GDAT

Sobre a GDAT, o advogado Rodrigo Cartafina enfatizou que é uma execução antiga e envolve quem era aposentado e pensionista em 1999. Atualmente, os precatórios estão bloqueados. Segundo explicou, eles foram expedidos antes do julgamento do TRF1. Logo depois do julgamento, o acórdão determinou o bloqueio dos valores, pois há recursos pendentes, tanto da ANFIP quanto da Procuradoria. “A discussão é porque a União não quer pagar a GDAT sobre os 20%”, salientou Cartafina, ao argumentar o motivo pelo qual o valor não é desbloqueado. Agora, o processo vai para o STJ, estando na dependência da retomada dos trabalhos judiciais. A principal questão é que os dois recursos, especiais e extraordinários, que estão no TRF, não foram aceitos. Diante disso, os advogados entraram com recurso contra a decisão e abriu prazo, ainda em vigor, para a União recorrer. “Quando o processo chegar no STJ, vamos lá com o Aldir Passarinho para tentar desbloquear esses valores. Enquanto estiver no TRF1, não vamos conseguir”, afirmou Cartafina.

Continua na Próxima Página

<p>Expediente Linha Direta</p>		 <p>ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil UNIÃO E TRABALHO!</p>	
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedito Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado</p> <p>ESTAGIÁRIO Manina Rodrigues Thayná Rodrigues</p>		<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedito Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
<p> www.instagram.com/anfipnacional</p>	<p> www.facebook.com/anfip.nacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>	<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>

Neste processo também há possibilidade de acordo. Segundo a vice-presidente Maria Beatriz Fernandes Branco, em respeito aos idosos, que querem receber o dinheiro em vida, uma conciliação é bem-vinda. Beatriz relatou que um advogado da AGU esteve na ANFIP para dar início a esse procedimento, porém nenhuma proposta foi apresentada. Lembrando que, caso um acordo seja apresentado, à exemplo da Gifa, ele também é individual. Ainda assim, só será aceito pela ANFIP caso a perda seja mínima. “Queremos que seja liberado e todos recebam o justo e o devido. Mas vamos tentar um acordo para atender aqueles que precisam dos valores em vida. Neste caso, não podemos ter deságio alto. Não aceitamos críticas à tentativa de acordo. Existem várias situações e as pessoas poderão escolher, já que o acordo é individual. Os que não quiserem, permanecem no processo”, frisou.

3,17%

Sobre os 3,17%, Rodrigo Cartafina relatou que a ANFIP impetrou um Mandado de Segurança e ganhou. “Foi uma execução coletiva e, na época, quando vigorava o antigo Código de Processo Civil, não havia problema de condenação em sucumbência. Agora, com o novo Código,

a sucumbência incide em percentual de 10% sobre o valor pleiteado”, disse.

Para lembrar o contexto da discussão sobre a sucumbência, é preciso retomar a julho de 1995, quando a Fenafisp impetrou MS solicitando o reajuste. O referido processo transitou em julgado em 2001. A ANFIP entrou com processo em abril de 2000, que transitou em julgado em 2007. As duas ações seguiam paralelamente. O ministro do STJ Félix Fischer, quando foi relator do processo da ANFIP, entendeu que não importava o período e sim o objeto da ação, o que ensejou a exclusão de mais de 4 mil pessoas. O ministro entendeu que ação da Fenafisp deveria ter preferência por ser mais antiga. Entretanto, o entendimento da ANFIP é de que não existe litispendência, pois os processos são referentes a períodos distintos.

Na reunião com o escritório Mota, o problema foi delimitado, uma vez que eram mais de 12 mil exequentes, com a exclusão de 4 mil, restaram 8 mil não excluídos. Desses, segundo relatou Cartafina, tinham pessoas em outros sindicatos. “Temos um universo a ser trabalhado. Pedimos ao Mota que fizesse o saneamento das listas. Com base nesse refinamento das listagens, vamos sentar novamente para discutir os próximos passos”, destacou. Sobre os 4

mil excluídos, o advogado disse que não precisam fazer nada, pois já estão fora do processo da ANFIP.

“Vamos emitir comunicado dizendo todas as situações que existem na ação para que as pessoas decidam o que fazer. De pronto, neste momento, não estamos encaminhando os pedidos de desistência para o escritório Mota porque os prazos estão suspensos. Mesmo que volte dia 3 de agosto, o STJ não vai definir tudo no mesmo momento. Temos tempo para tratarmos deste problema com cautela para que ninguém seja prejudicado”, orientou Cartafina. Diante disso, todas as desistências encaminhadas ficarão retidas até audiência com os ministros. “Se tivermos algum posicionamento, convocamos vocês e vamos expor os fatos. Vamos tentar argumentar a questão dos períodos distintos. A ANFIP entende que não há litispendência”, adiantou.

Sobre a questão dos honorários nos casos de desistência, a ANFIP vai voltar a conversar com o escritório Mota após a decisão sobre a litispendência. “Se eles entenderem que não há litispendência, não precisamos desistir”, concluiu.

Vários questionamentos foram respondidos durante o encontro. Para conferir todos os detalhes, acesse o nosso site e assista todo o conteúdo na íntegra.

ANFIP divulga novas informações sobre 3,17% após reunião com escritório Mota

O presidente do Conselho Executivo da ANFIP, Décio Bruno Lopes, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o advogado Rodrigo Cartafina se reuniram, na segunda-feira (27/7), com os membros do escritório Mota & Advogados Associados, José Pinto da Mota Filho, Mariana Velho e Priscila Abritta.

O escritório se comprometeu a entregar à Associação uma listagem definitiva com a situação de cada exequente, principalmente aqueles que ainda fazem parte das execuções da ANFIP e da extinta Fenafisp (hoje Sindifisco Nacional).

Ficou definido que o escritório Mota irá aguardar o retorno do recesso do Superior Tribunal de Justiça, no próximo dia 3 de agosto, quando os advogados agendarão audiência com os dois



ministros relatores das execuções, Nefi Cordeiro e Ribeiro Dantas.

A ANFIP insistirá com os ministros que não há litispendência com a execução do MS 4151 (ex-Fenafisp), pois, conforme já divulgado, o período da execução da extinta Federação é de julho/95 a julho/99 e o período da execução da ANFIP é de abril/2000 a novembro/2003. Como houve mudança de relatoria, poderá, também, haver mudança de entendimento, o que beneficiaria os exequentes que estão em

ambas execuções judiciais.

Para aqueles que já encaminharam as desistências, a ANFIP informa que irá reter os documentos na Entidade até que a situação se torne mais clara com os novos relatores, possibilitando, assim, maior segurança aos associados.

Sobre os honorários de êxito cobrados em caso de desistência, a ANFIP está em tratativas junto ao escritório e, após a demonstração clara da situação de cada exequente, teremos novas reuniões sobre o assunto.

Webinário coloca em pauta detalhes sobre sindicância patrimonial e PAD



O webinário realizado pela ANFIP e pela Fundação ANFIP, na quarta-feira (29/7), colocou em debate um tema de extrema relevância para os servidores públicos: sindicância patrimonial, processo administrativo disciplinar e cassação de aposentadoria.

“São temas que normalmente a gente não lida, mas de extrema importância para a vida dos servidores. Temos um caminho entre a posse e a saída do serviço público. Há toda uma vida sob o olhar dos órgãos de controle do Estado”, enfatizou o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, que abriu o encontro. Margarida Lopes de Araújo, diretora-presidente da Fundação ANFIP, e Maria Beatriz Fernandes Branco, vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, também participaram do webinário, mediado pelo advogado Rodrigo Cartafina.

Os debatedores Ricardo Escobar, advogado e especialista em Direito

Administrativo sancionador; Cláudio Farág, procurador federal e advogado; e Madsleine Leandro Pinheiro, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, detalharam o assunto.

Ricardo Escobar pontuou o poder punitivo do Estado, previsto nas Leis 8.112/90 e 8.429/92. A sindicância patrimonial, segundo ele, apura a evolução do patrimônio dos servidores, sendo considerado um ato de improbidade a evolução patrimonial incompatível. Se constatado o ilícito, inicia o processo administrativo disciplinar (PAD), cujo resultado será a aplicação da sanção. A improbidade administrativa, ressaltou o advogado, gera uma série de consequências graves. A crítica em relação ao processo, segundo Escobar, são as controvérsias que o próprio normativo legal traz. “Seria fundamental que determinadas garantias do processo penal se estendessem ao processo

administrativo, o que não ocorre”, disse.

Cláudio Farág também criticou o excesso de subjetivismo nas comissões de PAD quando se trata de evolução patrimonial. “A gente vive uma guerra entre irmãos, em que impera a seara de subjetivismo. E assim não tem justiça”, avaliou. No Superior Tribunal de Justiça, exemplificou, em matéria de PAD envolvendo Auditor Fiscal, existem mais de duas mil decisões. “Precisamos nos debruçar sobre as decisões do STJ para delimitar a legalidade dos fatos. Existem legislações estaduais muito mais evoluídas que a Lei 8.112/90”, criticou.

A Auditora Fiscal Madsleine Pinheiro também criticou a fragilidade da lei ao tratamento dado aos PADs, especialmente quanto ao princípio do contraditório e da ampla defesa. “O Supremo Tribunal Federal se manifesta no sentido de o PAD ser feito sem defesa técnica dos servidores, isso os fragiliza em relação à gravidade das penalidades que podem vir”, argumentou. No debate, a Auditora focou a questão da cassação de aposentadoria sob o enfoque da Emenda Constitucional nº 20/1998, que instituiu o Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Madsleine é autora de uma recente pesquisa tratando da constitucionalidade da cassação de aposentadoria como sanção disciplinar em processo administrativo.

O debate completo, assim como os questionamentos realizados durante o webinário, podem ser conferidos em nosso site: www.anfip.org.br

Reforma Administrativa é o tema da próxima Live – Série ANFIP

LIVE SÉRIE ANFIP

Reforma Administrativa
Em Defesa de um Serviço
Público de Qualidade

05/08

Quarta 10h

Professor Israel Batista
Deputado Federal (PV/DF) e
coordenador da Frente Parlamentar
em Defesa do Serviço Público

Décio Bruno Lopes
Presidente da ANFIP

Tiago Mitraud
Deputado Federal (Novo/MG) e
coordenador da Frente Parlamentar
da Reforma Administrativa

Rudnei Marques
Presidente do Fonacate

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Vice-presidente de Assuntos
Fiscais

José Arinaldo
Gonçalves Ferreira
Vice-presidente de Política de
Classe e Política Salarial

“Reforma Administrativa – Em defesa de um Serviço Público de Qualidade” é o tema da próxima Live – Série ANFIP, que será realizada no dia 5 de agosto (quarta-

feira), às 10 horas, em parceria com a Agência Servidores.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, a vice-presidente de Assuntos

Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, e o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, recebem:

- Professor Israel Batista - Deputado Federal (PV/DF) e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público;
- Tiago Mitraud - Deputado Federal (Novo/MG) e coordenador da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa.
- Rudnei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado)

Anote na agenda! O debate pode ser acompanhado pelo canal da ANFIP no [Youtube](https://www.youtube.com/channel/UC...) e pelo [Facebook](https://www.facebook.com/anfip.org.br).

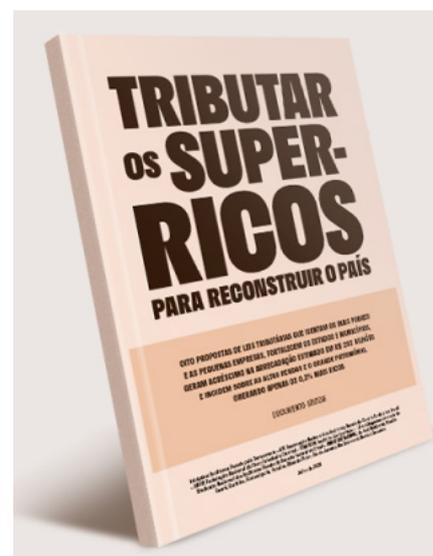
"Tributar os super-ricos para reconstruir o país", ANFIP lança edição

Com base no projeto de Reforma Tributária Solidária realizado pela ANFIP e Fenafisco, sob a coordenação do professor Eduardo Fagnani, será lançado oficialmente, no dia 6 de agosto, um novo documento chamado "Tributar os super-ricos para reconstruir o país". Os arquivos estão disponíveis para download na página da ANFIP.

No documento são apresentadas oito propostas concretas de natureza tributária para ajudar o Estado Brasileiro e a sociedade a enfrentar a crise gerada pela Covid-19. As propostas visam reduzir a tributação dos mais pobres e de pequenas empresas,

fortalecer Estados e Municípios e aumentar a tributação sobre as altas rendas e sobre o grande patrimônio. O acréscimo estimado de arrecadação, onerando apenas os 0,3% mais ricos, é de cerca de R\$ 292 bilhões.

O documento foi realizado em conjunto pela ANFIP, Fenafisco, Instituto Justiça Fiscal (que contribuiu com a parte técnica), Auditores Fiscais pela Democracia, por dez Delegacias Sindicais do Sindifisco Nacional (Brasília, Belo Horizonte, Ceará, Curitiba, Florianópolis, Paraíba, Ribeirão Preto, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Salvador.



ANFIP do Futuro apresenta o novo normal da Entidade

A Comissão ANFIP do Futuro reuniu-se na segunda-feira (27/7) para dar prosseguimento à pauta associativa em tempo de pandemia. A abertura da reunião foi realizada pelo presidente Décio Bruno Lopes e pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, que também coordena o grupo.

Os integrantes da Comissão destacaram os últimos avanços da Entidade perante a realidade imposta pelo novo coronavírus, reforçando que

novos conceitos e metodologias serão aprimorados cada vez mais para maior proximidade da ANFIP com seus associados de todo o país.

Também compõem a Comissão ANFIP do Futuro os vice-presidentes Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário), além dos



presidentes das estaduais Carlos José de Castro (ANFIP-GO), Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (ANFIP-RJ) e Ercília Leitão Bernardo (diretora de Relações Públicas ANFIP-CE).

Associado lança livro "Prática Empresarial Previdenciária"

O Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e associado da ANFIP Ivan Kertzman, juntamente com os Auditores Alzemir Santana e Raimundo Dantas lançam o livro Prática Empresarial Previdenciária.

Com viés eminentemente prático, a publicação apresenta o tratamento fiscal e tributário relacionado à Contribuição Previdenciária das empresas do setor privado "É de suma importância a empresa saber lidar com

as demandas que envolvem o fisco federal, conhecer os procedimentos e as respectivas normas pertinentes", destacam os autores.

A obra pode ser adquirida no site da editora JusPODIVM.

Como enfrentar a sonegação e outros crimes tributários? Especialistas debatem o tema

Dando continuidade à série de debates sobre desigualdade e tributação, o canal "Você acha Justo?" promoveu mais uma live na quarta-feira (29/7). Na edição, o tema abordado foi: Como enfrentar a sonegação e outros crimes tributários?, com mediação de Camilo Vannuchi. O assessor

de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, acompanhou o debate.

Para a live, foram convidados os Auditores Fiscais, associados da ANFIP, e colaboradores da elaboração da Reforma Tributária Solidária, Marcelo Lettieri, diretor técnico do Instituto Justiça Fiscal, e Isac

Falcão, diretor da Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional de Belo Horizonte; além da juíza da 7ª Vara Federal em Florianópolis Cláudia Maria Dadico, doutora em ciências criminais pela PUC-RS e integrante da Associação Juizes para a Democracia.

Assista a live completa no YouTube canal Você Acha Justo?

Projeto Nosso SUS: Debate aborda a importância do sistema durante a pandemia

A minissérie digital em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), realizada pela Agência Servidores em parceria com a ANFIP e outras entidades de classe, foi iniciada na quinta-feira (30/7) e abordou, no primeiro dia, as contas, o alcance e os impactos sociais do SUS, bem como a convergência de olhares no atual cenário nacional por parte da sociedade e das carreiras públicas.

Para o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, essas discussões são imprescindíveis para que os

parlamentares e o governo federal valorizem, de fato, o SUS no Brasil e o reconheçam “como uma política de Estado e não mais uma política de governo”. Os debates colocam o SUS em foco e ressaltam sua importância para o desenvolvimento de melhores políticas públicas para a saúde em geral no Brasil.

Foram convidados como palestrantes e debatedores, Luciana Mendes, especialista em Economia da Saúde do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Bruno

Moretti, economista especialista em orçamento e ex-secretário executivo do Ministério da Saúde; e Ricart Cesar Coelho, procurador do Ministério Público de Contas.

Assista a íntegra do debate no link: www.youtube.com/watch?v=Xxq3jqngaNM.

O webinar acontecerá toda quinta-feira, até o dia 3 de setembro, das 10h às 12h, abordando questões variadas dentro do tema central. Para mais informações, acesse www.nossosus.com.br/.

ANFIP e Frente do Serviço Público prosseguem com estratégias em defesa do servidor



Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, as entidades que a compõe reuniram-se de forma virtual na segunda-feira (27/7). O encontro foi conduzido pelo vice-presidente de Política de Classe

e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

Também estiveram presentes, representando a ANFIP, o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, e o assessor de Estudos Socioeconômicos,

Vilson Antonio Romero.

Na ocasião foram avaliados os webinários que estão sendo realizados nos estados, principalmente a última edição, no Rio Grande do Sul. Além disso, abordaram pautas previstas para serem discutidas no Congresso Nacional, entre elas a reforma administrativa.

Ao comentar os webinários, Vilson Romero sugeriu que sejam criadas estratégias para que os debates alcancem mais pessoas e seja aberta uma interlocução com a sociedade. “Por mais que o trabalho seja brilhante, nós precisamos pensar em algo para irmos além”, afirmou.

O próximo debate acontece neste sábado (1º/8), no Mato Grosso do Sul. A transmissão, ao vivo, acontece a partir das 15h nas plataformas digitais da Frente.

Conselho Fiscal da ANFIP realiza reunião ordinária

Em cumprimento ao Estatuto da ANFIP, o Conselho Fiscal da Entidade realizou na quinta-feira (30/7) a terceira reunião ordinária da gestão 2019 – 2021. A abertura do encontro foi pelo presidente Décio Bruno Lopes, que explicou como tem sido o encaminhamento dos trabalhos associativos em tempo de pandemia reforçando que as demandas não param e que todos os setores da ANFIP estão atentos e à disposição para obter os melhores resultados.

No encontro conduzido pela coordenadora Assunta Di Dea Bergamasco foram abordados esclarecimentos referentes às recomendações e solicitações do Conselho Executivo; análise de documentação recebida dos Conselhos de Representantes, Executivo e outros; além de análise dos documentos contábeis, da execução orçamentária, da movimentação financeira e emissão

dos relatórios referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020; por fim, o Conselho Fiscal tratou da emissão do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório Gerencial aos meses abril, maio e junho de 2020.

Também estiveram presentes os integrantes do Conselho Fiscal Maria Inez Rezende Maranhão (relatora), Maria Gorete de Sousa Ramalho Medeiros (membro), e o primeiro suplente Lourival de Melo Lobo.

Ministério da Economia apresenta novas regras de teletrabalho na administração pública federal

O Ministério da Economia continuará adotando o modelo de teletrabalho no pós-pandemia, desde que haja confluência de elementos favoráveis para sua adoção, entre eles o interesse do servidor, e desde que não haja prejuízo para a população.

Os detalhes de como a medida será implementada foram apresentados na quinta-feira (30/7), em coletiva de imprensa da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), que publicou, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa nº 65, com a padronização do que poderá ser adotado pelos órgãos públicos a partir de suas especificidades e natureza de trabalho.

A coletiva teve participação do secretário da SGP, Wagner Lenhart, de Gleisson Rubin, secretário adjunto

de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, e Luiza Lemos Roland, diretora do Departamento de Provisão e Movimentação de Pessoal. O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, acompanhou a coletiva, realizada pelo portal MP Streaming.

A nova IN entrará em vigor dia 1º de setembro e tem como objetivos potencializar a produtividade, acompanhar a evolução tecnológica do mundo, garantir o bom atendimento da população e utilizar de maneira eficiente os recursos públicos.

Na avaliação do governo, nos últimos quatro meses, em que o teletrabalho foi adotado como medida de emergência devido à crise na saúde pública, houve crescimento de produtividade. “Há um

contingente hoje de 360 mil servidores públicos, 62% da força de trabalho, em teletrabalho”, informou Rubin. O número engloba os servidores da educação federal, que estão com as atividades presenciais suspensas, e os demais órgãos.

“A nova Instrução Normativa ainda deve ser melhor analisada no âmbito de cada órgão do Poder Executivo federal, a quem a norma se destina. Há diversas questões a serem melhor apreciadas, como quais atividades, qual a carga de trabalho, em que situações pode ser feito o trabalho parcialmente remoto, etc. Até passar a pandemia, teremos um melhor cenário para debater o assunto”, avaliou Vilson Romero.

Confira na página da ANFIP a coletiva na íntegra.

BENEFÍCIOS

OdontoPrev agora está na plataforma de benefícios

Os associados da ANFIP têm agora a oportunidade de contratar a maior operadora de planos odontológicos do Brasil, a OdontoPrev. Acesse a plataforma de benefícios ANFIP tem +Vantagens e contrate sem carência e

com amplo rol de procedimentos.

O plano ofertado é exatamente o mesmo disponível no Banco do Brasil, com uma diferença: 50% mais barato. O valor por usuário sai a R\$ 21,90 por mês, no plano

Integral Cerd, que inclui próteses simples; cirurgias e radiografias; documentação e radiografias ortodônticas; e restaurações.

Clique www.anfip.temvantagens.com.br e confira!

Dia dos Pais com ofertas especiais

O Dia dos Pais está chegando e a ANFIP tem parcerias especiais na Plataforma de

Benefícios para presentear quem você ama. Aproveite os descontos exclusivos

em lojas especializadas. Acesse www.anfip.temvantagens.com.br/login e confira!

Jusprev divulga rentabilidade de junho

A rentabilidade do Planjus fechou o mês de junho de 2020 novamente com resultados positivos: 0,87%, o que representa 407,64% do CDI e 499,45% da Poupança. Além disso, a Jusprev registrou neste mês um crescimento de 42% no número de novos participantes,

se comparado com as adesões nos meses anteriores do ano. O aumento aconteceu no mês em que a entidade implantou a proposta digital com assinatura eletrônica certificada. Outro fator que contribuiu para os números positivos é o novo valor de acesso ao Planjus, a partir de R\$ 100,00.

Consultoria on-line personalizada - Os consultores continuam atendendo, em todas as regiões do país, de forma 100% online. Informações sobre os planos podem ser obtidas com a consultoria da ANFIP nos contatos: (61) 9 9655-8978 / zuleide@anfip.org.br.

Teste de Covid-19 deixa de ser obrigatório para os planos de saúde

A Unimed Vitória informa aos associados que a Agência Nacional de Saúde (ANS) revogou a RN 458, que estabelecia a cobertura obrigatória de exame Covid-19, o qual detecta a presença de anticorpos IGA, IGG ou IGM.

O teste havia sido admitido como obrigatório em decorrência de uma ação civil pública, mas teve seus efeitos suspensos em 13 de julho. Portanto, desde o dia 17 de julho, o teste deixou de ter cobertura obrigatória em todos os

planos da cooperativa.

Os exames já solicitados no sistema e que estão em auditoria serão avaliados com base nas diretrizes de utilização da ANS e serão autorizados caso sejam pertinentes.

ANFIP Conectada: Plano de saúde e aposentadoria do servidor em pauta

Com o objetivo de prestar cada vez mais informações aos associados, a ANFIP segue realizando, de forma virtual, os debates do ANFIP Conectada. Na edição do dia 6 de agosto (quinta-feira), das 10h às 12h, serão abordados os temas: Plano de Saúde ANFIP e Regime Próprio de Previdência Social.

Para falar sobre o Plano de Saúde ANFIP/Benevix/Unimed Vitória foram convidados os representantes da Benevix, Igor Brum Barcellos (coordenador de Relacionamento Empresarial) e Márcio de Oliveira Almeida (consultor), com mediação do vice-presidente de Serviços Assistenciais da ANFIP, Ariovaldo Cirelo.

A programação continua com a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões da ANFIP, Tereza Liduína Santiago Félix, em um debate sobre o RPPS do servidor público federal, mais especificamente para

o ativo que já implementou as condições para solicitar o benefício da aposentadoria. O tema será abordado pelo Auditor Fiscal e assessor de Estudos Socioeconômicos da

ANFIP, Wilson Antonio Romero.

A transmissão da live será pelo Youtube e pela plataforma Zoom e, um dia antes do evento, a ANFIP enviará o link de acesso à reunião.

ESTADUAL

Diretoria da ANFIP-CE realiza primeira reunião no período de pandemia

A ANFIP-CE realizou, no dia 23 de julho, a primeira reunião da Diretoria em época de Pandemia. O encontro foi por meio de plataforma digital e contou com a participação do presidente da Estadual, Gilson Fernando Ferreira de Menezes, da vice-presidente Eline Pires de Carvalho e dos diretores Maria Aparecida Andrade Maia, Onofre Fernandes, José Pereira do Nascimento, Maria Eliete e Ercília Leitão Bernardo.

Foram abordados diversos temas, por exemplo, prestar ajuda aos

associados quanto ao acompanhamento das ações judiciais; participação da Estadual nas mobilizações da Reforma Tributária e Reforma Administrativa, avaliação da Previsão Orçamentária 2020, divulgação das lives da ANFIP, e, acima de tudo, avaliação do quadro das principais ações judiciais do momento, como a dos 3,17% e a dos 28.86%.

“Esse tipo de reunião é uma nova ferramenta que muito vem contribuindo para a viabilização da continuidade dos trabalhos da ANFIP e das ANFIP nos estados”, afirmou Ercília Bernardo.

Na reunião também foram registradas as iniciativas que a ANFIP-CE vem desenvolvendo no sentido de orientar o seu associado a buscar administrativamente a restituição das contribuições previdenciárias sobre juros e sobre precatórios recebidos nos últimos cinco anos. “É feito um contato com cada associado no sentido de pesquisar se ele recebeu precatório nos últimos cinco anos e orientamos a entrar com o requerimento administrativo para a restituição das contribuições previdenciárias”, explicou.

FIXA

Espaço para Histórias Fiscais tem conto novo toda semana

Para resgatar a memória cultura da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originariamente, em duas publicações lançadas na década de 1990: “Fiscalização Previdenciária – Uma viagem através do tempo”,

com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991, e o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-

dia da fiscalização, resultado de concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!